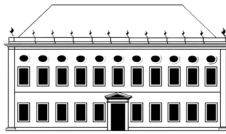


Sílvia Portugal
Paulo Henrique Martins
Organização



idania,
Políticas Públicas
e Redes Sociais



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Email: imprensauc@ci.uc.pt
Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

EXECUÇÃO GRÁFICA

Publidisa

ISBN

978-989-26-0073-4

ISBN Digital

978-989-26-0222-6

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0222-6>

DEPÓSITO LEGAL

324860/2011

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Sílvia Portugal
Paulo Henrique Martins
Organização



idania,
Políticas Públicas
e Redes Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES SOCIAIS.....	7
Sílvia Portugal e Paulo Henrique Martins	
O DOM COMO FUNDAMENTO DE UMA CULTURA DEMOCRÁTICA E ASSOCIATIVA.....	13
Paulo Henrique Martins	
CONFIANZA Y DELIBERACIÓN: LAS CONDICIONES ÉTICAS DE LA PARTICIPACIÓN DEMOCRÁTICA	29
Cristina Reigadas	
DÁDIVA, FAMÍLIA E REDES SOCIAIS	39
Sílvia Portugal	
A FACE OCULTA DA LUA: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O FORMAL E O INFORMAL	55
Fernando Ruivo	
DESPUÉS DE LA DESTRUCCIÓN DEL ESTADO Y DEL FRACASO DEL MERCADO. EL REDESCUBRIMIENTO DE LA SOCIEDAD, SU CONVERSIÓN EN “CAPITAL” Y SU PAPEL EN LA LEGITIMACIÓN DE LA DESIGUALDAD	63
Adriana Marrero	
OS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE	73
Aécio Gomes de Matos	
O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NAS POLÍTICAS SOCIAIS. O CASO DA REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS.....	83
Maria José Hespanha e Pedro Hespanha	
REDES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL	105
Breno Augusto Souto Maior Fontes	
DESAFIOS NA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO.....	113
Eliane Maria Monteiro da Fonte	
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS/AS AUTORES/AS	125

INTRODUÇÃO

CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES SOCIAIS

As sociedades actuais atravessam profundos processos de mudança, que se relacionam com a globalização, as recomposições do sistema económico, social e político, a entrada de novos actores na esfera pública. Este contexto coloca novos desafios teóricos e metodológicos na agenda de pesquisa das ciências sociais e exige uma reflexão que permita identificar os vectores de mudança, ao nível das diferentes esferas sociais, das instituições estatais às organizações da sociedade civil e às relações informais, da escala supra-nacional ao espaço local.

Este livro apresenta as reflexões de um conjunto de investigadores portugueses e da América Latina que se questionam sobre estas problemáticas, possibilitando um diálogo entre narrativas disciplinares diversas e o confronto de investigações provenientes de diferentes sociedades. Os textos editados neste volume resultam de um Seminário, realizado em Coimbra, a 26 de Abril de 2007, subordinado ao tema que intitula esta obra – “Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais”. Este encontro foi organizado pelo Núcleo de Cidadania e Políticas Sociais e pelo Observatório dos Poderes Locais do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), em colaboração com o Núcleo de Estudos sobre Cidadania, Exclusão e Processos de Mudança (NUCEM) da Universidade Federal de Pernambuco, no Brasil. O Seminário reuniu um grupo de investigadores que, após diversos contactos em outros encontros científicos, realizados na Europa e na América Latina, encontrou denominadores comuns nos seus debates acerca das transformações actuais das nossas sociedades.

O conjunto de textos reunidos neste volume pretende contribuir para a construção de novas abordagens sobre os regimes democráticos actuais, a participação cidadã e a produção de bem-estar. Estando atentos aos novos actores e arranjos institucionais que surgem actualmente na esfera pública, e substituem progressivamente as formas de organização societal dominantes do século XX, os autores interrogam velhas e novas teorias e propõem leituras e conceptualizações alternativas, que permitam (re)pensar a tríade Estado-mercado-comunidade.

Dois paradigmas atravessam os diferentes textos – o da dádiva e o das redes sociais. O referencial oferecido por estas duas leituras permite superar uma limitação usual nas ciências sociais: a separação da análise das coisas da análise dos laços. Tradicionalmente, analisa-se, por um lado, o que circula, do ponto de vista económico-social, do mercado, ou da redistribuição estatal e, por outro lado, os laços sociais, a partir de um ponto de

vista simbólico e relacional, antropológico e psicológico. Os dois aspectos estão separados. É mesmo possível afirmar que esta separação faz parte do ideal da modernidade: de um lado, a dimensão material, do outro, a dimensão afectiva. O estudo da sociedade a partir da dádiva considera esta separação “uma projecção ideológica” (Godbout, 2000: 14). A perspectiva a partir do dom obriga a juntar os dois pontos de vista, superando a ruptura entre as relações sociais e o seu conteúdo. O objecto de estudo – o que circula – pertence ao mundo económico-social, mas a questão que se coloca – a sua relação com o laço social – resulta duma aproximação simbólico-relacional: “o objecto é económico-social, mas o ponto de vista simbólico-relacional” (Godbout, 2000: 14). Assume-se que todo o objecto económico tem uma dimensão simbólica o que, necessariamente, leva à sua significação social e cultural.

Esta abordagem, desenvolvida a partir do pensamento de Marcel Mauss, constitui uma alternativa aos dois paradigmas dominantes: o individualismo e o holismo, que se apoiam sobre teorias monodimensionais e reducionistas da acção social. O primeiro defende que todas as acções, regras ou instituições derivam dos cálculos, mais ou menos, conscientes e racionais, efectuados pelos indivíduos. O holismo (em qualquer das suas versões: culturalismo, funcionalismo, estruturalismo), pelo contrário, defende que a acção individual se limita a expressar uma totalidade que lhe preexiste e que aparece, assim, como única realidade.

À luz de qualquer destes dois paradigmas a dádiva é incompreensível. No primeiro, dissolve-se no “interesse”, no segundo na “obrigação”. O paradigma da dádiva não nega a existência de nenhum destes dois momentos – da individualidade ou da totalidade – mas recusa-se a tomá-los como dados. Partindo da interrelação generalizada entre as pessoas, e perguntando-se como se engendram, concreta e historicamente, os dois momentos opostos, faz do dom (do símbolo, do político) o operador privilegiado, específico, da criação do laço social. O paradigma da dádiva reconhece a força dos interesses e a efectividade da obrigação, mas serve-se da dialéctica para pensar estes elementos no quadro de uma teoria pluridimensional e paradoxal da acção.

O interesse sociológico da dádiva para a análise da sociedade contemporânea é reforçado quando agregamos os estudos sobre redes sociais. A visão a partir das redes permite ultrapassar dualidades teóricas e metodológicas características do pensamento hegemónico da modernidade e visibilizar formas sociais, simbólicas e associativas que se encontram obscurecidas nas discussões acerca da participação e da cidadania, (re)colocando a interacção social no centro do pensamento. De um modo geral, a teoria das redes postula que a análise macro-estrutural deve ser construída sobre fundações micro. Ou seja, o nível interpessoal deve prover bases para explicar actividades e estruturas de níveis mais elevados de agregação. Segundo Mercklé (2004), a teoria das redes constitui uma “terceira via” de compreensão da realidade social – “meso-sociológica”. A sua abordagem tenta responder, simultaneamente, a duas ambições: explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interacções entre os indivíduos e das suas motivações.

Como afirmam Marsden e Lin, a teoria das redes “oferece novas abordagens para a descrição e estudo da estrutura social e para lidar com o problema complexo de integrar diferentes níveis de análise: o modo como a acção individual cria a estrutura social; o modo como a estrutura social, uma vez criada, constrange a acção individual e colectiva; o modo como as atitudes e comportamentos dos actores são determinados pelo contexto social em que a acção ocorre” (Marsden e Lin, 1985: 10). Deste modo, constrói uma “racionalidade

reticular” que permite olhar o “teatro das circulações” (Parrochia, 2001:17). Ou seja, tal como a abordagem a partir da dádiva, a teoria das redes confere a possibilidade de analisar o espaço relacional, os seus movimentos e o conteúdo desses movimentos – a forma e o conteúdo da relação, simultaneamente.

Segundo Latour, a força da teoria das redes vem da capacidade de tornar visível e descritível o trabalho dos actores (Latour, 1992: 4). É o que pretendem fazer os autores desta colectânea ao visibilizar laços sociais e formas de associação que, de um modo geral, não são considerados relevantes na análise da cidadania e das políticas públicas. Os textos aqui reunidos revelam como os laços primários de parentesco, vizinhança e amizade, as práticas associativas, os arranjos institucionais apresentam desenhos reticulares e dimensões simbólicas que é preciso valorizar e ter em conta na construção e análise da esfera pública. Os laços primários constroem redes alimentadas por trocas de dádivas materiais e imateriais, apoios, cuidados, afectos e amizades.

No primeiro texto desta colectânea, intitulado “O dom como fundamento de uma cultura democrática e associativa”, Paulo Henrique Martins discute as dificuldades da construção de um pensamento democrático de carácter participativo. Segundo o autor, estas dificuldades não se devem apenas à hegemonia das correntes utilitarista e individualista, mas também à insuficiente compreensão das relações entre simbolismo, poder político e democracia. Para o autor é necessária uma “fenomenologia da percepção” que dê conta dos fundamentos imaginários e normativos da associação primária. O texto propõe o entendimento da democracia participativa como cultura do dom e do simbolismo e explora o conceito de *simbólica associativa* como via para aprofundar o conhecimento da acção colectiva, numa perspectiva que privilegie o mundo da vida sobre o mundo dos sistemas.

O capítulo “Confianza y deliberación: las condiciones éticas de la participación democrática”, da autoria de María Cristina Reigadas, aponta no mesmo sentido do anterior, chamando a atenção para a necessidade das políticas públicas promoverem laços de confiança entre os sujeitos. A autora analisa a consolidação das instituições democráticas na América Latina e os debates em torno da qualidade da democracia, identificando as dificuldades colocadas à participação e representação dos cidadãos. Discutindo as difíceis relações entre ética e política, Cristina Reigadas vê na primeira a raiz de uma política emancipatória. Para a autora a participação democrática envolve a conjugação de uma ética das relações interpessoais baseada no respeito, na solidariedade, no reconhecimento e na confiança com uma moral que implica a submissão das posições individuais à crítica e à mudança num processo de abertura ao outro e de generalização de interesses.

O texto seguinte continua a discussão acerca da valorização dos laços sociais e da sua dimensão simbólica. Sílvia Portugal discute, em “Dádiva, Família e Redes Sociais”, o modo como uma abordagem a partir dos paradigmas do dom e das redes sociais pode contribuir para uma reinvenção do político fora dos limites do Estado. Partindo de reflexões em torno de uma pesquisa empírica sobre a circulação da dádiva no interior da família, a autora sublinha a vitalidade do dom na actualidade e mostra como ele se constitui como um sistema de relações sociais, propriamente ditas, enquanto relações não redutíveis a interesses económicos ou de poder. Analisando o familismo das redes sociais em Portugal, a autora evidencia os desafios colocados por este tipo de laços para a discussão entre o público e o privado nos países do Sul.

Fernando Ruivo, no capítulo “A face oculta da lua: reflexões sobre as relações entre o formal e o informal”, analisa a coexistência de um modelo hierárquico-formal com um

produção de bem-estar. A abordagem a partir da *network analysis* possibilita a passagem do nível macro ao nível micro, das estruturas sociais à acção individual, ou seja, no caso, permite discutir o modo como se articulam sistemas de produção de bem-estar e condições individuais.

A reflexão que aqui apresento tem por base uma pesquisa empírica, de carácter qualitativo, que estudou o papel das redes sociais das famílias no acesso aos recursos de bem-estar. Foram realizadas 60 entrevistas em profundidade a pessoas com idades entre os 25 e os 34 anos, vivendo em situação de conjugalidade, com ou sem filhos.

Qual o papel que cabe à família na produção de bem-estar? Qual o papel das redes sociais na provisão de recursos? Quais são os laços mais activos das redes? Que tipo de necessidades permitem suprir? Qual o papel dos laços de parentesco? Como se articulam as redes informais com outros modos de produção de bem-estar? O que as faz mover? Quais são as normas que regulam a sua acção? Estas foram algumas das questões às quais a pesquisa procurou dar resposta.

O estudo reconstituiu as redes de relações da família a partir de uma abordagem “ego-centrada”, ou seja, identificando os indivíduos que interagem com um determinado “alvo” (indivíduo ou casal) (Milardo, 1988). Este tipo de procedimento tem a vantagem de nos dar uma visão ptolomeica das redes: em vez da concepção do observador exterior obtém-se a perspectiva dos indivíduos que se encontram no seu centro. No entanto, um dos problemas das redes egocentradas consiste na dificuldade em identificar a totalidade dos membros da rede de um dado indivíduo ou família, sendo quase sempre necessário criar uma amostra do total da sua população. A pesquisa utilizou três abordagens diferenciadas para reconstituir as redes sociais: as redes de íntimos², as redes de interacção³ e as redes de troca⁴. Utilizando estes três procedimentos, em simultâneo, identificam-se os elementos significativos, do ponto de vista simbólico, ao mesmo tempo que se confrontam as pessoas com uma série de cenários sociais de modo a identificar os indivíduos com os quais existe interacção e trocas efectivas. Cruzam-se, assim as decisões do/a entrevistado/a e da investigadora sobre quem deve ser incluído na rede, procurando-se, por um lado, uma aproximação à totalidade da rede social e, por outro lado, uma inclusão de diferentes tipos de laços.

Da análise realizada (Portugal, 2006) destaco algumas das conclusões, que de seguida utilizarei para discutir a relação entre dádiva, família e redes sociais: a centralidade das redes sociais na provisão de recursos às famílias; a diferenciação dos laços activados e da morfologia das redes consoante o recurso que está em jogo; o familismo das redes sociais; a permanência e vitalidade da dádiva e a sua importância na produção de bem-estar das famílias; a complexidade do sistema de normas que regula o dom familiar.

² As redes de íntimos são constituídas pelos indivíduos considerados importantes pelo “alvo”. Milardo define, operacionalmente, este tipo de redes como “indivíduos cuja opinião acerca da sua vida pessoal é importante para si” (Milardo, 1988: 22).

³ As redes de interacção são constituídas pelos indivíduos com quem “ego” interage numa base de rotina.

⁴ As redes de troca incluem os indivíduos com os quais a probabilidade de recompensa de trocas é elevada. Este tipo de abordagem “inclui entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza *ego* ou as pessoas que são directamente recompensadas ou penalizadas por *ego*” (Fischer, 1982: 287). As trocas incluem um vasto leque de interacções, avaliadas quer positiva quer negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas actividades de lazer.

Quem faz parte da rede? Com quem se estabelecem as trocas? Com quem se interage? Com quem se pode contar? A quem se recorre quando se precisa de emprego? A quem se deixam as crianças? A quem se pede dinheiro emprestado? A quem se contam os segredos? Para uns, as respostas a estas e outras questões permitem identificar múltiplas relações, para outros, com diferentes perguntas obtêm-se sempre os mesmos nomes. No entanto, apesar da diversidade na morfologia das redes que foi possível encontrar, é importante sublinhar algumas características transversais que emergem na análise da identificação dos *nós* da rede: a primeira, prende-se com a clara distinção entre as relações de parentesco e as restantes relações sociais – existe a família e existem “os outros”. Os laços familiares representam segurança, permanência, confiança. Por oposição, os “outros” laços estabelecidos fora do parentesco são muitas vezes alvo de desconfiança e insegurança, os relatos de desilusões com amigos e vizinhos são muito mais frequentes do que aqueles que se referem aos parentes.

A divisão entre “a família” e “os outros” tem duas implicações: por um lado, é nos laços familiares que a maioria das pessoas encontra resposta para as suas necessidades de apoio material e afectivo. Por isso, quando alguém fora das relações familiares é um nó importante da rede, um amigo próximo, um colega com quem se pode contar, essa pessoa “é como se fosse da família”. Por outro lado, os *nós* que pertencem à rede familiar tendem também a assumir a representação de um “nós” – um colectivo de pertença e de referência. Cada família dispõe de um certo número de atributos e de referências identitárias que funcionam como símbolos de reconhecimento e diferenciação social a partir dos quais se situa a identidade singular do indivíduo. O conjunto destes elementos fornece uma espécie de carta comum a todos os membros do grupo familiar cujo código é transmitido, negociado, apropriado e reapropriado, construindo ao longo do tempo a identidade familiar e definindo, a partir de uma mesma trama colectiva, a identidade pessoal de cada um. Deste modo, os laços familiares apresentam-se como um todo com identidade própria, que representa uma esfera de identificação e referência, que dificilmente se encontra para a totalidade da rede ou para outros conjuntos de relações (os amigos, os colegas, os vizinhos) – “nós somos assim”, “conosco nunca há problemas”, “na nossa família estamos habituados a fazer desta maneira”.

A segunda característica que emerge na identificação dos *nós* da rede é a sua tendência para a homogeneidade social. As redes heterogéneas são menos comuns do que as homogéneas. Os elementos da rede são da mesma família, ou da mesma vizinhança, ou do mesmo grupo socioprofissional, ou têm o mesmo nível educacional. Fora da rede de parentesco, os *nós* da rede apresentam características socioeconómicas e socioculturais muito semelhantes. De um modo geral, as redes apresentam uma forte tendência para a homofilia (Degenne e Forsé, 1994: 43-46; Lin, 2001: 38-40), sobretudo entre as mulheres, como sublinharam Lynn Smith-Lovin e J. Miller McPherson (1993).

Longe de se construírem de uma forma socialmente aleatória, as redes de relações pessoais são nitidamente marcadas pelas características estruturais de quem as compõe e, em grande parte, socialmente pré-determinadas. Se esta realidade é mais ou menos óbvia para as relações de parentesco, ela continua a revelar-se nas relações de afinidade. As relações com amigos, colegas e vizinhos são fortemente marcadas pela homofilia, sobretudo ao nível dos estatutos socioculturais mais elevados. Se, do ponto de vista do estatuto profissional, as redes são mais heterogéneas, do ponto de vista da escolaridade os diplomas de ensino

superior marcam a diferença: entre os licenciados a homofilia das redes de afinidade é quase absoluta⁵.

A pesquisa que realizei permite responder afirmativamente à questão colocada por Alexis Ferrand sobre se as relações familiares formam um subsistema autónomo no conjunto de relações do indivíduo (Ferrand, 1992). Os parentes são os *nós* predominantes na maioria das redes analisadas, quer se trate de trocas, de interacção ou de significado emocional. A maioria dos laços fortes é constituída no interior das relações familiares e caracteriza-se pela multiplexidade e pela transitividade. Deste modo, os parentes constituem um subsistema, fortemente interligado, no interior das redes sociais.

No entanto, se olharmos para as três relações elementares fundadoras do parentesco – a relação de aliança, a relação de consanguinidade e a relação de filiação (Lévi-Strauss, 1949) – verificamos que os laços gerados por cada uma delas têm funções diferenciadas e diferenciadoras no interior da rede. Quer de um ponto de vista material, quer emocional, os laços de filiação são com grande frequência os mais fortes, seguindo-se os laços de consanguinidade. Os *nós* que entram na rede por via do casamento têm, em geral, um estatuto secundário – mesmo que desempenhem um papel activo ao nível das trocas e da interacção; do ponto de vista emocional, os laços estabelecidos através da relação de aliança são secundarizados pelas pessoas entrevistadas⁶. Esta constatação é, no entanto, mais comum entre as mulheres do que entre os homens. As mulheres têm mais dificuldade em assumir a família do marido como sendo sua, do que o inverso.

A importância da rede de parentesco deve-se ao facto de ela oferecer “garantias” que não se encontram nouro tipo de relações. Uma delas é a permanência no tempo: muitos dos laços estabelecidos fora da família – relações com colegas de escola ou de trabalho, com vizinhos, com amigos – não resistem à passagem do tempo, que se sobrepõe a outro tipo de mudanças, como as geográficas. Existe um sentimento generalizado de que “com a família podemos sempre contar”. Esta representação dos laços familiares resulta de um entrecruzar de vínculos biológicos, emocionais, sociais e jurídicos, socialmente construídos, simultaneamente, no interior e no exterior da família. A rede familiar representa para a maioria das pessoas entrevistadas uma rede de protecção e de segurança. Os parentes são um porto de abrigo ao qual se pode sempre recorrer – mesmo que os laços não estejam sempre activos na prestação de apoios, “eles estão sempre lá quando é preciso”.

É de sublinhar que a importância dos parentes é significativa mesmo quando os laços não são positivos. As situações de conflito e de ruptura das relações familiares são sentidas com dor pelas pessoas que as revelam. Independentemente das causas, ser privado dos laços de parentesco representa uma perda profunda, sobretudo quando esses laços se estabelecem com base numa relação de filiação ou de consanguinidade. As rupturas de relações com

⁵ Estes dados aproximam-se das conclusões de Elísio Estanque e José Manuel Mendes sobre a permeabilidade das fronteiras de classe nas redes de amizade. Os autores concluem que a sociedade portuguesa apresenta uma “estrutura social relativamente rígida também na constituição das relações de amizade, sendo as qualificações a dimensão estruturadora das relações sociais de amizade” (Estanque e Mendes, 1998: 128).

⁶ Estas conclusões são consonantes com resultados de trabalhos anteriores. António Manuel Hespanha defende que a preferência dos laços generativos aos conjugais é uma das linhas estruturantes da família no Antigo Regime (Hespanha, 1993: 956). Brian O’Neill, ao estudar os padrões de casamento em Trás-os-Montes, conclui que a residência natolocal não é unicamente resultado de uma falta de meios para construir casas, antes sugere uma ênfase cultural generalizada sobre a descendência e os vínculos de filiação em detrimento do casamento e dos laços de afinidade (O’Neill, 1984: 320-337).

parentes que resultam da relação de aliança nunca são apresentadas de uma forma tão dramática, lamentam-se mais as perdas do cônjuge do que as próprias, o que vem mais uma vez confirmar a secundarização dos laços de parentesco estabelecidos através do casamento.

Na obra *A corrosão do carácter*, Richard Sennett (2001) analisa os novos tempos do trabalho e discute o modo como as instituições modernas se sustentam em esquemas que privilegiam o curto prazo, limitando, deste modo, o fortalecimento da confiança informal. O mote é “não há longo prazo” – “um princípio que corrói a confiança, a lealdade e a entrega mútua” (Sennett, 2001: 37). O autor sublinha a desvalorização dos laços fortes e a importância dos laços fracos, num contexto de permanente mudança, onde o distanciamento e a cooperação superficial são mais benéficos do que a lealdade e o compromisso. Sennett identifica um conflito entre trabalho e família, esfera em que o compromisso mútuo e o longo prazo são fundamentais. Deste conflito, o autor extrai algumas questões sobre a “experiência adulta”: como se procuram objectivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duradouras? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (Sennett, 2001: 41).

O meu trabalho aponta para que a resposta a estas perguntas resida nos laços de parentesco. Como atrás se observou, uma das linhas que sustenta a força dos laços familiares é a perenidade das relações. O laço de parentesco oferece a perspectiva de longo prazo que falta às outras relações, mais susceptíveis às mudanças de diferentes tipos e à erosão pelo tempo. É a permanência das relações familiares, garantida pelo laço biológico, que permite, em larga medida, a construção da confiança e do compromisso mútuo que constituem âncoras instrumentais e afectivas para os indivíduos e as suas famílias. Deste modo, os laços de parentesco constituem-se como elementos estruturadores do desenho das redes sociais.

Coenen-Hunter *et al.* distinguem quatro tipos de laços de parentesco na sua análise das solidariedades familiares (1994: 352-361): a tendência para o desapego (*détachement*), o instrumentalismo, a expressividade e o familismo. O *desapego* caracteriza-se por um nível fraco de ajudas dadas e recebidas, a raridade dos encontros, uma distância afectiva dos parentes, uma fraca organização da rede, uma difusão restrita das solidariedades e uma confiança muito limitada no apoio prestado pelos familiares. O *instrumentalismo* caracteriza as famílias que ajudam os seus parentes em questões concretas (guarda das crianças, trabalho doméstico). A proximidade afectiva é baixa, a frequência dos encontros decorre dos serviços prestados, a concentração geográfica da parentela é grande, não existe um sentimento de poder contar com as pessoas, nem se reconhece o dever de ter que as ajudar. A *expressividade* caracteriza um “género de relações de parentesco menos claras” (p. 354): a proximidade afectiva é forte, existe um sentimento de poder contar com grande parte dos parentes e uma recusa de retribuição na prestação de apoio. No entanto, é possível pensar que estas características não passam de declarações de boas intenções, dado que a instrumentalidade é fraca (as ajudas dadas e recebidas são escassas). Os autores preferem, contudo, uma interpretação mais positiva: o estilo de relacionamento é muito expressivo, os sentimentos são fortes, mas não necessariamente acompanhados por possibilidades de se manifestar sob a forma de apoios concretos. Finalmente, o *familismo* caracteriza as famílias que gostam muito dos seus parentes e os encontram com frequência. As ajudas são intensas, sabe-se que se pode contar com os parentes e está-se disposto a ajudá-los quando é necessário. A ajuda mútua assenta em normas explícitas de solidariedade que reforçam a tendência para ajudar ligada às proximidades afectivas.

Embora a metodologia utilizada por estes autores seja muito diferente da do meu estudo⁷, a tipologia e a caracterização dos laços de parentesco que apresenta parecem-me bastante pertinentes para analisar os dados da pesquisa que aqui apresento, não apenas pela suas potencialidades analíticas, mas também pela possibilidade de confrontar resultados. Analisando as propriedades dos laços de parentesco verificamos, que, em geral, esses laços são laços fortes e positivos, circula no seu interior uma grande diversidade de recursos, os contactos e trocas são intensos, existe uma interacção frequente, a influência e a interferência dos parentes, sobretudo dos ascendentes, na vida da família conjugal é significativa. As entrevistas revelam que para a maioria das famílias os laços de parentesco se definem pelo familismo, contrariando as conclusões do estudo de Coenen-Hunter *et al.*, no qual se afirma que o “familismo é nitidamente minoritário” (1984: 355). Ao contrário, a tendência para o desapego que preocupa os autores pela sua relevância estatística – duas famílias em cada cinco (*idem*: 353), é minoritária no meu estudo. Aqueles que conjugam uma baixa frequência de contactos e de ajudas com um afastamento emocional dos familiares são a excepção. Apesar dos resultados não serem comparáveis de um ponto de vista estatístico, as entrevistas permitem apontar para a existência de uma realidade social bastante distinta da descrita pelos autores para a Suíça⁸. A minha pesquisa mostra a importância crucial dos laços de parentesco, quer do ponto de vista instrumental, quer do ponto de vista afectivo – o parentesco é um laço determinante na configuração das redes sociais dos indivíduos e das suas famílias.

O discurso de uma das entrevistadas, expressa bem as características deste familismo, simultaneamente, instrumental e expressivo, que preenche necessidades materiais e afectivas: “Posso contar com a minha família toda... toda... o meu marido, o meu filho, os meus pais, a minha irmã, a minha sogra... são as pessoas que eu... eu sei que posso contar sempre com eles, sempre. Sei que é uma coisa incondicional. Ninguém põe condições para ajudar quem gosta e eles também sabem que podem contar sempre comigo.”

O familismo que caracteriza as redes sociais é alimentado por intensas relações intergeracionais, uma forte matrilinearidade e uma nítida lateralização do lado da mulher. Estas três características resultam de uma complexidade de elementos: consaguinidade, afectos, apoios, sociabilidade, direitos legais, obrigações morais, modos de ser, de fazer e de pensar que se constroem no tempo longo da continuidade geracional que a família garante. Até certo ponto este familismo desempenha um papel excludente face a outro tipo de relações sociais, mas não apresenta as características do “familismo amoral” de que fala Edward Banfield (1967)⁹. As redes sociais são marcadas pelo familismo, mas este não assume o carácter negativo que lhe confere este autor, mas, antes, um sentido positivo, desempenhando um

⁷ A tipologia apresentada foi construída a partir de dados quantitativos recolhidos através de um inquérito por questionário e tratados estatisticamente através de uma análise de *clusters* (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 350-352).

⁸ Neste sentido apontam, também, outras análises relativas ao “modelo do Sul”, em que se destaca o papel da família nos sistemas de protecção social de Portugal, Espanha, Itália e Grécia (Andreotti *et al.*, 2001).

⁹ Edward Banfield usou o conceito “familismo amoral” para descrever as práticas dos camponeses do Sul da Itália na década de 50, caracterizando “as bases morais de uma sociedade atrasada”. Segundo o autor, estas eram explicadas pela incapacidade dos indivíduos agirem colectivamente em função de um bem comum ou de qualquer fim que transcendesse o interesse material e imediato da família nuclear. Esta incapacidade para concertar qualquer actividade para além da família imediata derivava de um *ethos* – o “familismo amoral” – produzido por três factores agindo em combinação: a elevada taxa de mortalidade, as condições relativas à propriedade da terra e a ausência da família alargada.

papel de recurso estratégico no plano da protecção pessoal e familiar, tal como defende Manuel Villaverde Cabral (2005).

Recentemente, este autor recuperou as ideias de Banfield para discutir o problema da “distância ao poder” da sociedade portuguesa (Cabral, 2005). Villaverde Cabral dissocia o conceito da exclusiva esfera económica e transporta-o para a dimensão social, nas suas articulações com o Estado e o poder político. O autor identifica “dois grandes nexos históricos de longa duração” que se terão constituído como elos mediadores entre o “familismo amoral” e a “distância ao poder”: a literacia e o despotismo administrativo do Estado português moderno. Estes dois factores constituem dois nexos estruturantes das relações entre as elites do poder e as classes subordinadas, que têm contribuído para reproduzir a falta de confiança e de participação da maioria da população nas instituições representativas. Articuladas entre si, estas duas formas de relacionamento comunicacional e político entre elites e massas terão gerado uma forma duradoura de dominação autoritária, de modo que, nem a liberalização do sistema político-partidário, nem a massificação do ensino, nem o crescimento económico conseguiram erradicar das representações e práticas da maioria da população portuguesa um sentimento generalizado de “distância ao poder” (Cabral, 2005: 21).

Da reconstrução que o autor faz do conceito de Banfield dois traços revelam-se bastante interessantes para a presente discussão: por um lado, o “familismo amoral” é recuperado como forma de identificar um conjunto de representações e práticas que favorece, no seu relacionamento externo, nomeadamente com o Estado e o mercado de trabalho, o estabelecimento de relações verticais assimétricas (dependência clientelar) em detrimento de relações horizontais organizadas e estáveis, nomeadamente de participação cívica, de associativismo e mobilização colectiva, em suma, os dispositivos convencionais do exercício dos direitos de cidadania. Por outro lado, Villaverde Cabral desconstrói a negatividade do conceito, sublinhando o seu carácter de recurso estratégico (de que o clientelismo faz parte integrante) no plano da protecção pessoal e familiar e no plano das relações com o sistema político¹⁰.

Parto destes contributos para me interrogar sobre o carácter do familismo no nosso país. Procuo avaliar o seu impacto na configuração das relações sociais e na relação entre público e privado. O familismo é uma causa para o afastamento dos indivíduos da esfera colectiva, como afirma Banfield, ou antes um mecanismo de defesa perante um Estado autoritário e deficitário em políticas sociais? Se o quisermos adjectivar, teremos, contrariando Banfield, que o designar como “familismo moral”, dado que a sua acção é pautada por normas de obrigação e reciprocidade, como se verá de seguida.

As normas¹¹

Por que é que uma pessoa ajuda a outra? Por que é que uma pessoa recebe ajudas de outra? Que expectativas têm dadores e receptores? Que normas regulam as trocas no interior das redes? O que é considerado certo e errado, justo e injusto? Como se definem as obrigações? Laços diferentes obedecem a princípios diferentes?

¹⁰ Os trabalhos de Fernando Ruivo sobre as relações entre poder central e local têm mostrado com clareza o modo como as relações informais são um recurso fundamental no sistema político português (Ruivo, 2000).

¹¹ Retomo, neste ponto, argumentos aprofundados em Portugal (2007).

A pesquisa aponta para uma resposta afirmativa a esta última questão, condicionando, assim, em grande parte, as respostas às restantes questões. As normas que regulam a interação no interior das redes dependem do tipo de laço que está em jogo. O que está certo ou errado, o que é devido ou não, o que é justo ou injusto depende da natureza da relação em causa. As normas reflectem uma relação entre as pessoas mais do que um equilíbrio entre coisas trocadas. Como concluem Kellerhals *et al.* (1995), o sentimento de justiça traduz, em primeiro lugar um projecto relacional, um “reconhecimento das pessoas”.

Os trabalhos de Jean Kellerhals e dos seus colaboradores sobre os critérios que regulam a justiça distributiva (quem tem direito a quê?) e processual (como chegar a decisões justas?) têm feito escola. No seu livro *Figures de l'équité. La construction des normes de justice dans les groupes* (Kellerhals *et al.*, 1988), os autores identificam cinco questões genéricas que estruturam a definição de justiça nos grupos: uma primeira decisão diz respeito à *norma de repartição*: que regra utilizar para distribuir os bens raros? A necessidade, o mérito, a igualdade ou ainda outro critério? Mas colocar este princípio em acção implica a intervenção de *normas de avaliação*, ou seja, de critérios que permitam definir o valor das contribuições e a situação dos membros do grupo que participam na troca. Em terceiro lugar, a *norma de comparação* define a forma como o estatuto e a identidade social são importantes para a decisão interna de justiça: estas categorias são ignoradas ou, pelo contrário, tão importantes que as normas de repartição e avaliação funcionam em função delas? Qualquer destas opções pode ser afectada pela natureza do bem em jogo. Trata-se de aplicar uma *regra de transformação*: pode-se ou não utilizar as mesmas regras e os mesmos critérios para distribuir bens de natureza diferente?

Finalmente, os autores sublinham que estes quatro aspectos da decisão de justiça estão condicionados pelo problema da *norma de apropriação*. Trata-se de saber como o grupo constitui a massa de bens sobre os quais posteriormente procede a uma repartição. A norma de apropriação define se os títulos de propriedade individual que prevalecem fora do grupo são conservados no seu interior ou se, pelo contrário, o grupo define a todo o momento os direitos de propriedade dos seus membros. No primeiro caso, o indivíduo define as fronteiras do grupo, no segundo caso é o inverso que acontece.

A pesquisa permite concluir que a aplicação destes critérios, ao conjunto da rede, depende da natureza e da força dos laços e também do recurso em jogo. Ou seja, as normas de comparação (qual é o laço da rede) e de transformação (qual é o bem em causa) prevalecem sobre a norma de repartição. Por um lado, os critérios que definem a justiça entre contribuições e retribuições aplicam-se de forma diferente, dentro e fora da rede de parentesco. Como afirma Alexis Ferrand, “a grandeza, por vezes, o horror, dos laços familiares está na capacidade de decretar a equivalência de valor entre ajudas totalmente heterogêneas” (Ferrand, 1992: 89). Por outro lado, o tipo de bem em jogo obriga a rever a aplicação das normas. Bens de natureza diferente obrigam a critérios diferentes, dentro e fora da família. Se os pais têm mais do que um filho e fazem uma doação de dinheiro a um, a norma que prevalece é a da igualdade – todos devem receber o mesmo. No entanto, se os avós tiverem mais do que um neto e tomarem conta apenas do que vive mais próximo, o critério aceite é o da conjugação da necessidade com a proximidade.

Estas conclusões são semelhantes às de Jacques Godbout na sua reflexão sobre a aplicação das normas de justiça às relações de parentesco (Godbout, 1995). O autor analisa três circuitos de troca distintos – a ajuda em serviços, os presentes e a hospitalidade – e conclui que os critérios que regulam cada um deles são distintos. Godbout chega a uma conclusão

final, para a qual também aponto: a norma da justiça é de difícil aplicação no interior da rede de parentesco. Ela apenas constitui um princípio dominante quando aplicada à comparação entre diferentes retribuições para uma mesma contribuição. Ou seja, o princípio não se aplica entre um dador e um receptor, mas entre dadores ou entre receptores. Como afirma Godbout, nas redes de parentesco a ideia de justiça não diz directamente respeito à relação contribuição-retribuição, mas à comparação entre “pares” (dadores ou receptores) na sua relação com um terceiro (1995: 361).

A análise das normas no interior das redes mostra que estas obedecem aos princípios gerais do sistema de dádiva. A minha pesquisa demonstra a permanência e vitalidade do dom e a sua importância na produção de bem-estar das famílias, contrariando a ideia generalizada de que a dádiva desapareceu das sociedades contemporâneas e cedeu o seu lugar ao cálculo racional e à troca mercantil.

O pensamento dominante defende que à medida que o individualismo ganha peso, a generosidade se perde e é substituída pelo cálculo egoísta. Se, por um lado, se lamenta estas tendências, por outro, valoriza-se algumas das conquistas: o Estado-Providência apresenta-se como um substituto feliz da dádiva: ninguém se lamenta que a esmola e a caridade sejam substituídas por um sistema mais justo de segurança social. Se as sociedades contemporâneas resistem a acreditar na existência do dom é porque o representam como a imagem contrária do interesse material e egoísta: a “verdadeira” dádiva é gratuita; como a gratuidade é impossível, a verdadeira dádiva é impossível.

Marcel Mauss, em *Ensaio sobre a Dádiva* (1988), afirmou a centralidade da dádiva nas sociedades arcaicas. No entanto, teve dificuldade em reconhecer que a sua existência nas sociedades modernas fosse além do estatuto de manifestação residual do passado. Penso, no entanto, tal como os autores do M.A.U.S.S.¹², que “o dom é tão moderno e contemporâneo como característico das sociedades arcaicas” (Godbout, 1992: 20). Fenómenos como a oferta de prendas, a prestação de cuidados às crianças, aos idosos e aos doentes, os convites para festas e a hospitalidade, o voluntariado, a doação de sangue e de órgãos constituem formas de troca social que não são hoje residuais nem quantitativamente (dada a sua frequência no quotidiano) nem qualitativamente (dada a sua importância na vida dos indivíduos). Adopto a definição de dádiva proposta por Godbout em *L'Esprit du don* (1992), e que Caillé retoma (2000): “toda a prestação de bem ou serviço efectuada sem garantia de retorno, com vista a criar, alimentar ou recriar o vínculo social entre as pessoas”

¹² O movimento M.A.U.S.S. – *Moviment Anti-Utilitariste en Sciences Sociales* – fundado em 1981, tem, como explica Alain Caillé, na sua apresentação ao público brasileiro, “um sentido negativo e outro positivo”. O sentido negativo prende-se com a recusa do utilitarismo, a ideologia hegemónica da modernidade. O sentido positivo procura a reflexão, a partir das ideias de Marcel Mauss sobre o dom (Caillé, 2003:16). O Movimento, que surgiu como reacção à hegemonia do economicismo nas ciências sociais que se instalara durante a década de 70, publica actualmente a *Revue du MAUSS* e reúne uma série de investigadores de áreas diversas. Os autores do M.A.U.S.S. rejeitaram os raciocínios dominantes, recusando-se a aceitar o *homo economicus* como concepção do indivíduo e o mercado como princípio estruturador da sociedade. Deste modo, procuraram argumentos que lhes permitissem construir uma visão alternativa do mundo. Esses argumentos foram-lhes dados pela obra de Marcel Mauss, sobretudo pelas ideias contidas no *Ensaio sobre a Dádiva*. Esta obra contém a “descoberta” (a designação é de Caillé) crucial para o movimento: a de uma certa universalidade, nas sociedades arcaicas, da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. O dom apresenta-se, para Mauss, como um “fenómeno social total”. Mesmo efectuada por indivíduos singulares, a dádiva diz respeito ao conjunto das dimensões da acção e repercute-se em toda a sociedade. Para além da sua dimensão utilitária, ela é, essencialmente, simbólica. Não só os dons são símbolos, como os símbolos devem ser entendidos como dons. Deste modo, “o paradigma do dom pode ser compreendido igualmente como um paradigma do simbolismo” (Caillé, 2000: 125).

necessitam de atenção diária ou estão impossibilitados de obtê-la pela insuficiente oferta de serviços substitutivos. A construção de uma rede no “interior do SUS” e no “exterior do manicômio” é um dos desafios que se apresenta aos novos dispositivos de atenção à saúde mental cujas funções deveriam estar além da assistência *stricto sensu* (Almeida, 2002: 20).

Como se pode observar a partir do exposto aqui, qualquer tentativa de avaliação dos novos serviços não poderá se basear apenas nos indicadores utilizados no modelo médico e hospitalar tradicional. Embora não exista consenso quanto à melhor forma de se avaliar os resultados dos novos serviços, os modelos utilizados deverão ser capazes de refletir de forma fiel sua prática e incluir a avaliação de conceitos importantes na sua operacionalização, tais como autonomia, qualidade de vida e inserção social do portador de transtorno mental.

Considerações Finais

A avaliação dos serviços de saúde mental ainda é um campo de estudos bastante recente no Brasil. Alguns estudos realizados (Pitta *et al.* 1995; Silva Filho *et al.* 1996, 1998; Bandeira *et al.* 1999, 2000; Libério, 1999) procuraram criar novos instrumentos e indicadores de avaliação capazes de superar os tradicionalmente utilizados pela clínica psiquiátrica, tais como número de consultas, internações ou procedimentos laboratoriais, remissão de sintomas, número de altas, diagnósticos, etc., considerados insuficientes para avaliar os serviços criados a partir do processo da Reforma Psiquiátrica. O tema da avaliação dos serviços de saúde mental ganhou destaque no Brasil principalmente a partir de meados da década de 1990, após o momento inicial dos primeiros serviços substitutivos. Estes estudos foram norteados por certa percepção da ineficiência dos indicadores tradicionais da assistência tradicional hospitalocêntrica para avaliar os novos serviços. Algumas das críticas aos processos tradicionais das formas de avaliar recaem sobre o caráter externo deste processo, a busca de objetividade como sinônimo de significância quantitativa, preocupação exclusiva com a eficiência, incapacidade de incorporar dados contextuais e baixa relevância dos resultados para os atores envolvidos na intervenção. Além disso, o campo do sofrimento psíquico e de suas formas de cuidados traz em si especificidades de ordem subjetiva e social que não devem ser ignoradas¹⁰.

No Brasil, alguns dos estudos desenvolvidos, apoiados por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), e a presença do tema nas Conferências Nacionais de Saúde Mental, motivaram a realização de trabalhos que culminaram na validação de instrumentos adaptados à realidade brasileira. A OMS tem sido importante incentivador de pesquisas que avaliem a qualidade dos novos serviços de Saúde Mental a partir da construção de indicadores que captem as perspectivas dos diversos atores envolvidos: usuários, técnicos e familiares. Os instrumentos utilizados nas pesquisas buscam, a partir desta triangulação, obter dados referentes à satisfação com a assistência recebida, qualidade de vida de todos os envolvidos na atenção, níveis de autonomia e inserção social dos usuários, condições de trabalho e de vida dos profissionais. O “interior” dos serviços é apontado enquanto espaço privilegiado para a produção de novas formas de avaliar. Com a incorporação de novas variáveis tais como inserção familiar, no trabalho e na vida cotidiana, busca-se responder ao desafio de criar indicadores mais sensíveis aos princípios da reforma

¹⁰ Ver, por exemplo, Amarante e Carvalho (1996), Saraceno *et al.* (1993) e Vasconcelos (1995).

psiquiátrica e que possam ser úteis ao processo decisório, especialmente nos locais onde ocorre a assistência (Almeida, 2002: 50). Neste sentido, vários instrumentos têm sido construídos (predominantemente por médicos) para avaliar a qualidade de vida¹¹ de pacientes egressos de longo tempo de hospitalização.

O interesse na qualidade de vida nos cuidados com a saúde mental tem sido estimulado pela desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos, como também pelo interesse em se entender como os novos modelos de atenção e cuidado aos portadores de transtornos mentais têm impactado no conjunto de suas vidas diárias. Vários instrumentos têm sido construídos para avaliar tanto os sintomas quanto o nível de funcionamento, capacidade de adaptação social e qualidade de vida do paciente crônico¹². Um aspecto importante a considerar sobre estes instrumentos é que a maior parte foi construída por médicos, raramente sendo incluídos sociólogos ou antropólogos. Conseqüentemente, as percepções biomédicas de saúde, de bem-estar e qualidade de vida têm uma grande influência na construção destes instrumentos. Apesar da importância destes instrumentos, deve-se ponderar que a percepção biomédica necessita ser aliada às variáveis de caráter social, considerando-se os efeitos esperados em termos de inclusão social e de construção da cidadania do portador de transtorno mental.

Uma questão central na avaliação da qualidade de vida na psiquiatria é se os pacientes psiquiátricos, na medida em que suas funções mentais estão doentes, estariam em condições de avaliar sua qualidade de vida. Um paciente com humor depressivo pode ter o humor afetado pelo negativismo, tendo uma tendência a se sentir insatisfeito com a maior parte dos aspectos de sua vida. Entretanto, se consideramos o conceito de qualidade de vida como algo subjetivo, o ponto de vista do paciente deve ser válido, podendo ser útil para avaliar sua resposta ao tratamento¹³.

A precária institucionalidade no Brasil em relação à avaliação de políticas e programas reflete-se também na área de saúde mental, observando-se a inexistência de consenso quanto a melhor forma de avaliar os serviços comunitários da saúde mental e aos indicadores a serem utilizados. Desta forma, este ainda é um campo aberto à inovação no que se refere ao desenvolvimento de metodologias de avaliação que possam orientar a prática diária e que não se constituam simplesmente de instrumentos de caráter burocrático.

Tendo como referência a experiência da “Instituição Negada” (Basaglia, 1981), o modelo a ser construído para a avaliação dos Serviços de Saúde Mental não levar em consideração

¹¹ O termo *qualidade de vida* como vem sendo aplicado na literatura médica não parece ter um único significado. “Condições de saúde”, “funcionamento social” e “qualidade de vida” têm sido usados como sinônimos. *Qualidade de vida relacionada com a saúde e Estado subjetivo de saúde* são conceitos afins centrados na avaliação subjetiva do paciente, mas necessariamente ligados ao impacto do estado de saúde sobre a capacidade do indivíduo viver plenamente. O modelo de qualidade de vida relacionado à saúde, desenvolvido por Parsons (1958, *apud* Lima, 2002: 15) o define como “um estado de capacidade absoluta para a realização de tarefas” e a doença só se torna um problema quando ela afeta a capacidade de desempenho.

¹² Para uma discussão dos instrumentos utilizados para a mensuração da qualidade de vida de pacientes psiquiátricos ver Fonte (2006), Dias e Monteiro (2002), Lima (2002) e Pitta (1999).

¹³ Spitzer e colaboradores (1995 *apud* Lima, 2002: 28) compararam a qualidade de vida relacionada à saúde em pacientes com transtornos psiquiátricos e pacientes com outras condições médicas que procuravam serviços primários. Os resultados do estudo mostraram que as doenças mentais, particularmente a depressão, contribuíram para maiores prejuízos na qualidade de vida do que outras condições médicas, em todos os domínios analisados. Quanto a padrões distintos de prejuízos na qualidade de vida, observou-se que a depressão afeta globalmente os domínios e que os pacientes que apresentavam dois ou mais transtornos, tiveram os piores escores de qualidade de vida.

apenas a supressão ou redução dos sintomas. Deve-se avaliar também a inserção familiar, no trabalho e na vida cotidiana do portador de transtorno mental, consideradas de difícil mensurabilidade. Os serviços substitutivos apresentam-se como uma realidade muito recente e ainda não hegemônica em termos de destinação de recursos relativos à assistência psiquiátrica no Brasil. Modelos avaliativos ainda são incipientes e a assistência ao louco envolve determinantes sociais e individuais complexos. Entretanto, o desenvolvimento de políticas que pressupõem a participação popular, especialmente aquelas relacionadas a grupos sociais vulneráveis, faz crescer a necessidade de avaliações que, além de incorporem a perspectiva dos usuários e dos demais envolvidos, ampliem a visibilidade das novas práticas.

Referências Bibliográficas

- AMARANTE, Paulo – *Loucos pela Vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Panoramal/Fiocruz, 2003.
- AMARANTE, Paulo; CARVALHO, A. L. – “Avaliação de qualidade dos novos serviços de Saúde Mental: em busca de novos parâmetros”. *Saúde em Debate*. 52, 1996, pp. 74-82.
- ALMEIDA, P. F. – *O desafio da produção de indicadores para avaliação dos serviços de saúde mental: um estudo do Centro de Atenção Psicossocial Rubens Correia/RJ*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Escola Nacional de Saúde Pública. Dissertação de Mestrado, 2002.
- BANDEIRA, Marina *et al.* – “Escala da OMS de avaliação da satisfação e da sobrecarga em serviços de saúde mental: qualidades psicométricas da versão brasileira”. *Jornal Brasileiro Psiquiatria*, 48 (6), 1999, pp. 233-244.
- BASÁGLIA, Franco – *A Instituição Negada*. Rio de Janeiro: Ed.Graal, 1981.
- BROWN, Phil (Ed.) – *Radical Psychology*. London: Tavistock, 1973.
- COOPER, David – *Psychiatry and anti-psychiatry*. New York: Ballantine Books, 1971.
- DUNKER, C. I. L.; KYRILLOS NETO, Fuad – “Sobre a retórica da exclusão: a incidência do discurso ideológico em serviços substitutivos de cuidados psicóticos”. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 24 (1), 2004, pp. 116-125.
- DIAS, Miriam T. Guterres; MONTEIRO, Jaqueline R. – “Seguimento e avaliação da reforma Psiquiátrica no Hospital Psiquiátrico São Pedro”. In: *Experiências inovadoras no SUS.: Relatos de experiências: novas tecnologias assistenciais / Secretaria Estaduais e Municipais de Saúde / Secretaria de Assistência à Saúde / Secretaria de Gestão e Investimento em Saúde (Projeto REFORSUS)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- FIRMINO, Hiran – *Nos porões da loucura*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- FRONTE, Eliane da – “Saúde mental e cidadania: a qualidade de vida em portadores de transtorno mental”. In Fontes, Breno e Martins, Paulo Henrique (org.) *Redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- FOUCAULT, Michel – *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GOFFMAN, Erving – *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GOLDENBERG, Jairo – *Clínica da Psicose: um projeto na rede pública*. Rio de Janeiro: Te-Corá / Instituto Franco Basaglia, 1994.
- LAING, Ronald David – *Politics of Experience*. Harmondsworth: Penguin, 1969.
- LAING, Ronald David – *Sobre loucos e sãos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIBÉRIO, Maria Madalena – *Estudo de Satisfação com os CAPS da Cidade do Rio de Janeiro: ouvindo seus atores principais*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Escola Nacional de Saúde Pública. Dissertação de Mestrado, 1999.
- LIMA, A. F. B. – *Qualidade de Vida em pacientes do sexo masculino dependentes de álcool*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em Medicina: Clínica Médica. Dissertação de Mestrado, 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE/BRASIL – *Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria de Atenção à Saúde / DAPE / Coordenação Geral de Saúde Mental. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS, 2005.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE/BRASIL – *Legislação em Saúde Mental: 1990-2004*. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria Executiva / Secretaria de Atenção à Saúde, 2004a.

- MINISTÉRIO DA SAÚDE/BRASIL – *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde / DAPE, 2004b.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE/BRASIL – *Experiências inovadoras no SUS: Relatos de experiências: Novas tecnologias assistenciais*. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria Estaduais e Municipais de Saúde / Secretaria de Assistência à Saúde / Secretaria de Gestão e Investimento em Saúde (Projeto Reforsus – Componente II), 2002.
- OLIVEIRA, Alice Guimarães Bottaro de; ALESSI, Neiry Primo – “Cidadania: instrumento e finalidade do processo de trabalho na reforma psiquiátrica”. *Ciência e Saúde Coletiva*. Jan./Mar. 10 (1), 2005, pp. 191-203.
- PITTA, Ana Maria Fernandes – “A qualidade de vida de clientes de serviços de saúde mental”. *Revista de Psicologia Clínica*. Edição Especial, 1999, pp. 68-77.
- PITTA, Ana Maria Fernandes – “Os Centros de Atenção Psicossocial: Espaços de Reabilitação?”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 43 (12), 1996, pp. 647-648.
- PITTA, Ana Maria Fernandes – “Qualidade de serviços de saúde mental: desafios para e epidemiologia”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 45 (6), 1994, pp. 313-321.
- PITTA, Ana Maria Fernandes *et al.* – “Determinantes da qualidade de serviços de saúde mental em municípios brasileiros”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 44 (9), 1995, pp. 441-452.
- SARACENO, B. *et al.* – *Evaluation of Psychiatric Services: Hard and Soft Indicators in Innovative Approaches in Service Evaluations: Consumer Contribution to Qualitative Evaluation – Soft Indicators*. Geneva: WHO/MND/93.19, 1993.
- SCHEFF, Thomas – *Being Mentally Ill: A sociological Theory*. Chicago: Aldine, 1966.
- SEDGWICK, Peter – *Psychopolitics: Laing, Foucault, Goffman, Szasz and the future of Mass Psychiatry*. New York: Harper and Row, 1982.
- SILVA FILHO, Jorge Ferreira *et al.* – “Avaliação da qualidade de serviços de Saúde Mental no município de Niterói – RJ - A satisfação dos usuários como critério avaliador”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 45 (7), 1996, pp. 393-402.
- SZASZ, Thomas Stephen – *The Myth of Mental Illness: Foundation of a Theory of Personal Conduct*. New York: Hoeber-Harper, 1961.
- TENÓRIO, Fernando – “A reforma psiquiátrica brasileira, na década de 1980 aos dias atuais”. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. 9 (1), 2002, pp. 25-59.
- VASCONCELOS, Eduardo – “Avaliação de serviços no contexto da desinstitucionalização psiquiátrica: revisão de metodologias e estratégias de pesquisa”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 44 (4), 1995, pp. 189-197.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

Adriana Marrero

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Salamanca (Espanha). Professora Agregada do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Economia da Educação da Faculdade de Humanidades da Universidade da República (Uruguai) e Investigadora de Nível II do Sistema Nacional de Investigadores. Investiga e ensina sobre teoria sociológica, sociologia da educação e desigualdades, com ênfase na classe e no gênero. É autora de múltiplos trabalhos nestas áreas.

Aécio Gomes de Matos

Doutorado em Psicossociologia das Organizações: Université de Paris IX – Dauphine e Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Paris X – Nanterre. Professor da Universidade Federal de Pernambuco e Investigador do Núcleo de Cidadania, Exclusão e Processos de Mudança (NUCEM/UFPE). Tem investigado e publicado nas áreas do desenvolvimento e dos estudos rurais, da participação e da saúde.

Breno Augusto Souto Maior Fontes

Doutorado em Estudos das Sociedades Latino-Americanas pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) em 1990. Pós-Doutoramento na Harvard University (1998-1999) e na Université de Nanterre (2003). Iniciou a sua carreira Académica na Universidade Federal de Alagoas (1984-1994). Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco desde 1994, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais. Investigador do NUCEM/ UFPE. Tem investigado e publicado sobre redes sociais, gestão urbana, capital social, participação popular e saúde.

Eliane Maria Monteiro da Fonte.

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Londres (LSE) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-doutoramento no Instituto de Sociologia da Universidade de Hamburgo, Alemanha. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPE, do qual foi coordenadora. Investigadora do NUCEM/ UFPE. Investiga e publica

nas seguintes áreas: desenvolvimento rural e local, agricultura familiar, políticas sociais e métodos de pesquisa social, com especial interesse em pesquisa avaliativa.

126

Fernando Ruivo

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais. Co-coordenador dos Programas de Mestrado e Doutoramento "Políticas Locais e Descentralização" e "Democracia no Século XXI" da FEUC. Coordena, ainda, o Observatório dos Poderes Locais e a parte portuguesa do Curso Integrado Coimbra-Bordéus (FEUC – Institut d'Études Politiques de Bordeaux). Tem investigado sobre poder local em Portugal e numa perspectiva comparada.

María Cristina Reigadas.

Doutorada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires. Professora Titular Regular da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, da Universidade Nacional de La Plata, Argentina e de numerosas Universidades argentinas e estrangeiras. Investigadora do Instituto de Investigação em Ciências Sociais "Gino Germani", Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires. *Life Member Fellow de Clare Hall*, Universidad de Cambridge, Reino Unido. É especialista em filosofia política e social e em ética.

Maria José Ferros Hespanha

Médica e Investigadora do CES. Actualmente é Coordenadora Regional do Programa Rede Nacional de Cuidados Continuados. Tem publicado diversos artigos na área da Sociologia da Saúde, com especial destaque para a questão do apoio social aos idosos.

Paulo Henrique Martins

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris I, Sorbonne. Pós-doutoramento na Universidade de Paris X, Nanterre. Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Fundador e coordenador do Núcleo de Cidadania, Exclusão e Processos de Mudança (NUCEM). Colaborador do MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales). Tem se dedicado a repensar as políticas públicas no contexto da mundialização, da crise do Estado e da emergência de uma sociedade civil complexa e, nos últimos anos, contribuído para a consolidação dos estudos de Sociologia da Saúde no Brasil e para a reforma do Estado e das políticas públicas nesta área.

Pedro Hespanha

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professor da Faculdade de Economia e Investigador do Centro de Estudos Sociais, onde coordena o Núcleo de Estudos sobre Cidadania e Políticas Locais. É Coordenador dos Programas de Mestrado "Políticas

Locais e Descentralização. As Novas Áreas do Social” e "Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo" da FEUC. Tem investigado e publicado nas áreas dos estudos rurais, políticas sociais, sociologia da medicina, pobreza e exclusão social

Sílvia Portugal

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Cidadania e Políticas Locais. É Co-coordenadora do Mestrado em Sociologia da FEUC. Tem pesquisado sobre os modelos de produção de bem-estar, a articulação entre sistemas formais e informais de apoio e o papel das redes sociais.